

OPINIÃO

MULHERES SEGUEM DESPROTEGIDAS NO BRASIL

A realidade das mulheres brasileiras em 2026 já ultrapassou o campo da preocupação e entrou no da cobrança direta. O aumento dos casos de feminicídio no início do ano não é apenas mais um dado estatístico. É um sinal claro de que o governo brasileiro não está conseguindo cumprir sua função mais básica: proteger vidas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem insistido em tratar a pauta das mulheres como prioridade no discurso, mas os resultados concretos ainda não acompanham essa narrativa. O Ministério das Mulheres, peça-chave nesse enfrentamento, segue sem o peso político e a capacidade de execução que a gravidade da situação exige. Na prática, a pasta ainda não conseguiu se impor dentro do próprio governo.

Enquanto isso, os casos se acumulam. No Rio de Janeiro, o assassinato de Amanda Loureiro da Silva Mendes, de 25 anos, morta pelo ex-companheiro mesmo com medida protetiva, escancarou uma falha que não pode mais ser ignorada. O Estado concede proteção no papel, mas falha na prática. E quando essa engrenagem não funciona, o resultado é fatal. Não é possível normalizar que mulheres denunciem, consigam medidas judiciais e, ainda assim, sejam assassinadas. Isso não é falha pontual. É um problema sistêmico que envolve segurança pública, Justiça e coordenação federal. E é justamente aí que o governo falha ao não liderar uma resposta nacional robusta.

Falta integração entre os órgãos, falta cobrança efetiva sobre estados e municípios e, principalmente, falta transformar prioridade política em ação concreta. Recursos existem, estruturas foram criadas, mas a execução ainda patina. Em política pública, intenção não salva vidas. Execução salva.

O Ministério das Mulheres, até aqui, não conseguiu sair do campo simbólico. Sem orçamento plenamente executado, sem capilaridade e sem força para pressionar outras áreas estratégicas, a pasta corre o risco de se tornar mais um espaço de discurso do que de transformação real.

A responsabilidade não pode ser terceirizada. Cabe ao governo federal dar direção, impor ritmo e garantir que políticas saiam do papel. Quando isso não acontece, o recado que fica, ainda que não intencional, é o de tolerância com a ineficiência.

E a conta chega na ponta. Chega nas delegacias despreparadas, nas medidas protetivas descumpridas, nos processos que se arrastam e, sobretudo, nas vidas interrompidas.

O Brasil não precisa de mais anúncios, pactos ou campanhas. Precisa de comando, execução e resultado. Porque, enquanto o governo hesita, a violência não espera.

O Editor

**N.R - Com a palavra
Ministério das Mulheres.**